

JORNAL MOVIMENTO: UMA ANÁLISE DA MEMÓRIA SOCIAL, DO DISCURSO POLÍTICO E MIDIÁTICO, DA IMPRENSA ALTERNATIVA E DA INFORMAÇÃO

Movimento journal: an analysis in the social memory, political and media discourse, alternative press and information

Luiz Gustavo Soares Castro

Graduado em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.

E-mail: luiz-fla1@live.com

Antonio José Barbosa de Oliveira

Doutor em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Vice-Decano e Superintendente Administrativo do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

E-mail: antoniojose@facc.ufrj.br

RESUMO: O objetivo deste trabalho é apresentar uma análise de conceitos do campo informacional, como Memória Social, Discursos Midiático e Político, Imprensa Alternativa e principalmente a Informação em relação ao suporte informacional pesquisado, o periódico semanal "Jornal Movimento" que circulou de julho de 1975 a novembro de 1981 em pleno período da ditadura civil-militar (1964-1985), no qual lutava pelos direitos de comunicação e dos direitos civis contra uma repressão sustentada no Ato institucional nº 5 (AI-5). A metodologia utilizada na pesquisa foi pautada na análise de conteúdo informacional em algumas capas e suas respectivas manchetes, buscando-se perceber nos acontecimentos e fatos registrados neste jornal, os conceitos utilizados em uma linguagem simples, politizada e objetiva junto ao seu público.

PALAVRAS-CHAVE: Jornal Movimento, Discurso Midiático e Político, Imprensa Alternativa, Memória Social, Informação.

ABSTRACT: The aim of this study is to present an analysis of concepts in informational field, as Social Memory, media and politic discourses, Alternative Press, and especially the information, this foundation course in relation to researched informational support, the weekly journal "Journal Movement" that circulated from July 1975 to November 1981 at the height of the military dictatorship (1964-1985), in which he

fought for communication rights and civil rights against a sustained crackdown on institutional Act No. 5 (AI-5). The methodology used in the research was based on the information content analysis in some cases and their headlines, searching to understand the events and facts recorded in this paper the concepts used in a simple, politicized and objective language with your audience.

KEYWORDS: Movimento Newspaper, Political and Media Discourses, Alternative Press, Social Memory, Information.

1 Introdução

A pesquisa se realizou em uma viagem no tempo sobre o periódico semanal *Jornal Movimento* que atuou no período de 07 de Julho de 1975 a 23 de Novembro de 1981, com 334 edições semanais em pleno âmbito da ditadura civil-militar (1964-1985), tendo no processo de repressão e censura prévia aos meios de comunicação à imprensa brasileira o AI-5 (Ato institucional nº5) imposto em dezembro de 1968 pelo então Presidente Artur Costa e Silva.

Movimento surge com o consenso de que era possível fazer um novo jornal, um jornal sem patrão, como os idealizadores diziam, um “Jornal dos Jornalistas”, assim propondo uma maior aproximação com movimentos populares em uma frente ampla contra a ditadura naquele momento e tendo em suas fileiras figuras representativas de movimentos democrático e popular brasileiro, como o cantor Chico Buarque e o então renomado sociólogo, Fernando Henrique Cardoso, em seu Conselho Editorial, além dos jornalistas Raimundo Rodrigues Pereira (editor) e Fernando Marsiglia (Diretor de Operações) como idealizadores deste projeto.

O interesse desta pesquisa pelo *Jornal Movimento* se deu pela forma de divulgação dos acontecimentos, pela forma de organização da informação, podendo-se observar como se a produção de memórias das comunidades ligadas às informações, a atuação da ideologia relacionada no discurso político e ao discurso de mídia impressa junto aos seus leitores. O conceito de imprensa alternativa aplicado ao periódico em questão o coloca como um grande exemplo de veículo alternativo deste período, quando a informação foi restringida pela ditadura civil-militar, que impôs uma censura prévia aos artigos deste suporte informacional.

Neste trabalho foi usada uma metodologia ligada a uma pesquisa descritiva através de uma coleta de dados concentrada em pesquisa documental de artigos,

livros e as 334 edições do periódico em questão. O nível de abrangência deste trabalho está relacionado à amostra de algumas capas escolhidas por estarem ligadas a determinadas características do Jornal Movimento em relação aos referenciais teóricos em questão.

Tais relações citadas acima nos levam a uma reflexão sobre a forma contextual e informacional deste suporte impresso como fonte de expressão do conhecimento e de reflexões num momento da sociedade onde os direitos de liberdade de expressão eram duramente reprimidos.

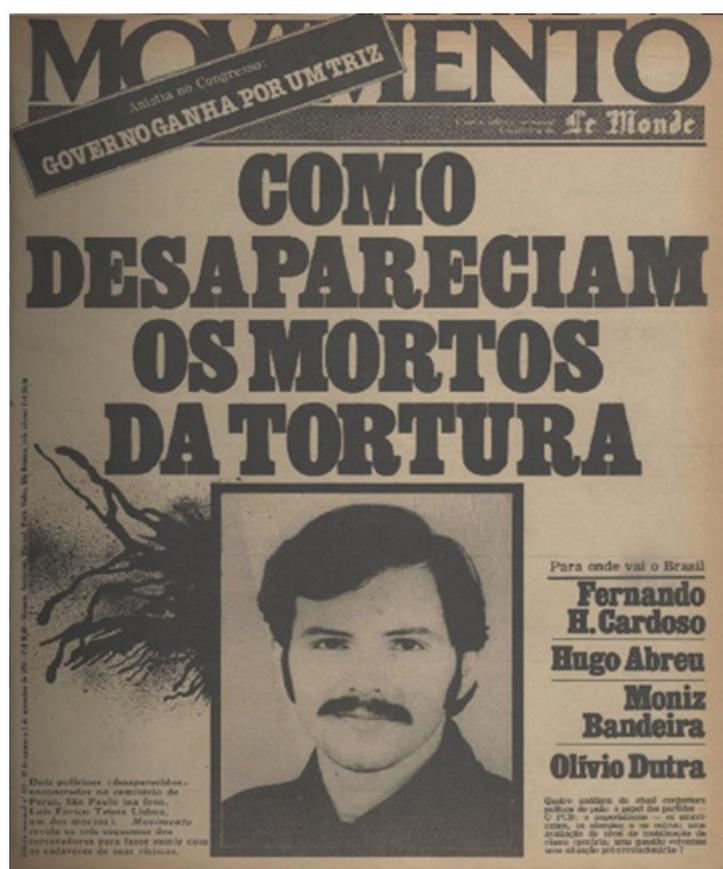


Figura 01 – Jornal Movimento/ ed.217 – 27/08/1979

Fonte: AZEVEDO (2011, DVD)

2 Referenciais teóricos

2.1 Imprensa Alternativa

Barros (2003, p. 63) descreve a Imprensa Alternativa como um “tipo de jornalismo brasileiro do final dos anos 60 e início dos anos 70 que recebeu influências da contracultura norte-americana e do new journalism ao abordar

questões comportamentais e sociais”. Numa perspectiva de contextualização, temos a imprensa alternativa também conhecida como underground, tropicalista, marginal, nanica, não alinhada, emergente, poesia jovem, como sinônimos deste novo tipo de jornalismo independente.

Em relação ao Brasil a imprensa alternativa surgiu do desejo das forças de esquerdas em protagonizarem as transformações institucionais que propunham, além da busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa principalmente após a implantação do AI-5 (Ato Institucional nº5) de 13 de dezembro de 1968 implantado no governo do então presidente Artur da Costa e Silva.

Kucinsk (1991, p.5-6), nos revela que surgiram duas grandes classes de jornais alternativos.

Alguns predominantemente políticos tinham raízes nos ideais de valorização do nacional e do popular dos anos de 1950 e no marxismo vulgarizado dos meios estudantis nos anos de 1960. A outra classe de jornais alternativos tinha as suas raízes na rejeição à primazia do discurso ideológico, voltados a crítica dos costumes e à ruptura cultural, investindo principalmente contra o autoritarismo na esfera dos costumes e o moralismo hipócrita da classe média.

Kucinsk (1991, pp. XIX-XV) também aponta as principais influências sofridas pela imprensa alternativa existencial, estereotipada por muitos como “jornal dos costumes”:

[...] a crítica comportamental e a ruptura cultural tinha suas raízes nos movimentos de contracultura norte-americana e, através deles, no orientalismo, no anarquismo e no existencialismo de Jean Paul Sartre que investiam contra o autoritarismo na esfera dos costumes e alegado moralismo da classe média.

A imprensa alternativa também foi considerada um conjunto de alternativas “basistas”, sendo procurada por jornalistas jovens em busca de trabalho e de certa forma articulados a movimentos sindicais e por isso muito destes jornais tinham ideologias relacionados a grupos sindicais e principalmente a partidos de esquerda como o PC do B que se articulava na obscuridade, por isso a forte repressão do regime militar a estes jornais.

Como se tivesse uma falência generalizada, todos os jornais alternativos que circulavam entre 1977 e 1979 deixaram de existir a partir de 1980-1981, desaparecendo independentemente da natureza da sua articulação, da qualidade do projeto, do acerto ou insucesso de suas propostas editoriais e soluções operacionais.

Efetivamente, com o fim da censura prévia e a abertura política, os grandes jornais se recriaram, apropriando-se de temas até então exclusivos da imprensa alternativa e absorvendo muitos dos seus jornalistas e se consideramos as falhas existentes nas distribuições dos seus tabloides e as dificuldades financeiras que muitos destes jornais tinham, precipitaram os fechamentos destes jornais.

Durante o período militar surgiram cerca de 150 tabloides, por isso podemos citar alguns que chegaram a algum sucesso, mesmo com o forte aparato da censura, como O Movimento (1975) objeto e fonte de nossa pesquisa, O Pasquim (1969), Bondinho (1970), Politika (1971), Opinião (1972), Ex (1973), Versus (1975), Coojornal (1970), dentre outros.

2.2 Memória Social

Considerando-se o pressuposto de que a memória é algo socialmente construído, adota-se, aqui, a perspectiva de Maurice Halbwachs em que

O caráter social da memória deixa entrever que a memória é coletiva. No entanto, a memória individual é uma manifestação singular do coletivo, precisando perceber que a singularidade da memória individual, mesmo que a sua constituição tenha membros de uma determinada sociedade quanto a grupos sociais no seu interior. No entanto as lembranças coletivas, quando evocadas, possuem os mecanismos de seleção que são de caráter social: valores, sentimentos, pressão social, etc., e, por conseguinte, sua constituição é social, tal como ocorre com o indivíduo, e possuem elementos que são constitutivos de toda uma sociedade. Assim podemos falar de uma memória social, compreendendo por este termo a consciência social virtual em uma determinada sociedade. (HALBWACHS, 1990 apud VIANNA, 2006, p.9)

Podemos considerar também que “a memória social deve ser entendida como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes”. (POLLAK, 1992, p.2)

Ainda segundo POLLAK (1992, p.5), “a memória é um fenômeno, construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade”.

Ainda que a memória seja um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individualmente como coletivamente é também um fator importante do sentimento de continuação e de coerência de uma pessoa ou de um grupo na sua reconstrução de si.

Diante do que foi exposto anteriormente, podemos nos perguntar, quais seriam os elementos que poderiam constituir uma memória individual ou coletiva? A resposta poderia vir de Michael Pollak, onde considera três características principais na formação da memória, acontecimentos, personagens (pessoas) e lugares.

Primeiramente, os acontecimentos, Pollak (1992, p.2) considera que:

os acontecimentos vividos pessoalmente, os acontecimentos “vividos por tabela”, sendo acontecimentos vividos pelo grupo ou coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não.

Ao falarmos de personagens ou pessoas pode-se justificar o mesmo raciocínio, pois “falar de personagens realmente encontradas no decorrer da vida, de personagens frequentadas por tabela, indiretamente, mas que, por assim dizer, se transformaram quase que conhecidas, e ainda de personagens que pertencem ao espaço tempo pessoa” (POLLAK, 1992, p.2).

Finalmente a característica relacionada aos lugares, citados por Pollak (1992, p.3) que estariam ligados

a uma lembrança pessoal, mas também pode ter o apoio no tempo cronológico. Na memória mais pública como lugares de comemoração, locais esses muito longínquos, fora do espaço-tempo da vida de uma pessoa, podem constituir lugar importante para a memória do grupo, e por conseguinte da própria pessoa, seja por tabela, seja por pertencimento a esse grupo.

Diante disto também podemos dizer que existe uma proximidade entre memória e identidade, sendo tratados por alguns autores, que em suas análises, relacionam memória e tempo, ambos de natureza social e num tempo que também é de natureza social. Sendo um sujeito histórico, recordar é um ato de coletivo, que ainda está ligado a um contexto de natureza social e há um tempo que engloba uma construção, uma noção historicamente determinada onde a lembrança é a recordação de um tempo vivido.

Pollak (1992, p.5) define a identidade a identidade é definida,

como a imagem que a pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação e também para ser percebida da maneira que quer por outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referencia aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, credibilidade e que se faz por meio da negociação direta com outros, sendo memória e identidade valores disputadas em conflitos sociais e intergrupais e em conflitos que opõem grupos políticos diversos.

Considerando temas como memória e lembrança, temos o pensamento da autora Ecléia Bosi, que nos mostra que a lembrança significa “aflorar” o passado, associando-se com o processo corporal e presente da percepção, agregando-se de

dados imediatos como lembranças. A memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo atual de representações. A autora ainda declara que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva que muda conforme o lugar que algo ocupa e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (BOSI, 1987, p.42)

Uma última exposição sobre memória social, seria do autor já citado, Maurice Halbwachs, no qual expõe um pensamento sobre memória coletiva baseada no fato social, unindo elos do presente e do passado dentre diversas ideias sobre o passado. “Para se ter uma memória coletiva é preciso interligar as diversas memórias dos indivíduos que fazem parte do grupo identificado como proprietário daquela memória”. (HALBWACHS, 1990, p.43).

Diante de tudo que foi exposto, podemos perceber a dificuldade no entendimento deste referencial pela sua abrangência de concepções e vertentes, por isso não podemos de perceber as diversas perspectivas, mesmo as que sejam contraditórias a alguma forma direcionada de pensamento, sempre as considerando como variáveis que atuam na produção memorialística.

2.3 Discurso Midiático

Quando falamos na linguagem cotidiana, um discurso é uma mensagem, tratando-se de um ato verbal e oral de se dirigir a um público, com o objetivo de comunicar ou expor algo, mas também de persuadir. Desta forma o discurso é descrito como sendo um processo ou uma representação mental em que os utilizadores da língua aplicam estratégias de produção ou de compreensão antes de armazenar fragmentos do discurso na memória.

Segundo Charaudeau (2006 a, p.21), sob um olhar das Ciências Sociais, relacionando a um ponto de vista empírico, pode-se dizer que:

as mídias de informação funcionam segundo uma dupla lógica econômica que faz com que todo organismo de informação aja como uma empresa, tendo por finalidade fabricar um produto que se define pelo lugar que ocupa no mercado de troca de bens de consumo (os meios tecnológicos acionados para fabrica-lo fazendo parte dessa lógica); e uma lógica simbólica que faz com que todo organismo de informação tenha por vocação participar da construção da opinião pública.

Considerando o aspecto do nosso objeto de pesquisa - o suporte impresso -, no caso o Jornal Movimento, valemo-nos de Charaudeau (2006 a, p.113), ao considerar que “a imprensa é essencialmente uma área escritural, feita de palavras, de gráficos, de desenhos e por vezes, de imagens fixas, sobre um suporte de papel”. Dentro desta perspectiva de análise sobre este suporte impresso enquanto mídia, Charaudeau (2006 a, p.113) expõe que

esse conjunto inscreve essa mídia numa tradição escrita que se caracteriza essencialmente por: uma relação distanciada entre aquele que escreve e aquele que lê, a ausência física da instância de emissão para com a instância de recepção; uma atividade de conceitualização da parte das duas instâncias para representar o mundo, o que produz lógicas de produção e compreensão específicas; um percurso ocular multiorientado do espaço de escritura que faz com que o que foi escrito permaneça como um traço para o qual se pode sempre retornar: aquele que escreve, para retificar ou apagar, aquele que lê, para rememorar ou recompor sua leitura.

A atividade de conceituar a partir da escrita é uma análise mais complexa do que na oralidade ou na iconicidade. Diante desta situação, tal atividade se aproxima de um movimento ocular que percorre várias vezes o espaço escritural do início ao fim (e mesmo em vários sentidos), o leitor produz um tipo de compreensão mais discriminatória e organizada se baseando numa lógica de hierarquia: situações de conexão entre diferentes seções de uma narrativa, de subordinação e de encaixe dos argumentos, de reconstrução dos diferentes tipos de raciocínio e desta forma a escrita desempenha o papel de prova para a instauração da verdade, o que não é possível para a oralidade, não recuperável e aparentemente mais efêmera.

Segundo Charaudeau (2006 a, p.113-114),

essas características próprias ao dispositivo da imprensa permitem compreender porque essa mídia, universo por excelência do legível, é particularmente eficaz; por um lado, nas análises e comentários editoriais, tribunais e reflexões, crônicas, em tudo o que se aprofunda a informação, que coloca em perspectiva e que indaga sobre as prováveis consequências dos acontecimentos; por outro lado, nas narrativas, nas notícias locais e na montagem de dossiês; e ainda, nas informações dos classificados, das variedades, local por excelência de percurso sinótico; enfim, nas manchetes, que, funcionando como anúncios sugestivos semelhantes aos slogans publicitários, são destinados a desencadear uma atividade de decifração, isto é, de inteligibilidade.

Considerando o conceito sobre discurso midiático, as mídias se tornam manipuladoras para “contar” os acontecimentos e para produzir os sentidos a partir desta narrativa. As mídias se selecionam em função de três critérios: o tempo, o

espaço e o acidente. Primeiramente o tempo, ou mais exatamente “a maneira de gerenciar o tempo, que é a da urgência: um acontecimento se produz no mundo e deve ser convertido o mais depressa em notícia, com isso, a informação resultante só pode ser efêmera e histórica” (CHARAUDEAU, 2006 a, p.253).

Posteriormente o espaço, tomado num antagonismo entre dois imaginários: “o da “aldeia” e o do “planeta”, onde a aldeia, símbolo da força conservadora que enraíza a identidade bem funda na terra dos ancestrais, da família, dos vizinhos, dos amigos, das relações íntimas; o planeta, símbolo do desejo de expansão para outros horizontes de vida” (CHARAUDEAU, 2006 a, p.253).

Finalmente o acidente, relacionado aos dramas humanos caracterizados por Charaudeau (2006 a, p.253-254):

insólito que desafia as normas da lógica, “o enorme”, que ultrapassa as normas da quantidade, o “repetitivo”, que transforma o aleatório em fatalidade; o “acaso”, que faz coincidir duas lógicas estranhas uma à outra, o “trágico”, que descreve o conflito entre paixão e razão, o “horror”, desta forma admitindo a exacerbação do espetáculo da morte e frieza do processo de exterminação e desta forma às mídias selecionam o que participa da “desordem do mundo.

Considerando-se, a partir de agora, os gêneros da imprensa escrita em relação ao discurso midiático, coloca-se que a imprensa é o domínio da escrita, o que quer dizer que seu campo de atividade discursiva e semiológica tem as suas próprias exigências de visibilidade, de legibilidade e de inteligibilidade.

Segundo tal linha de análise, Charaudeau (2006 a, p.233) considera assim estas exigências;

-Exigência de visibilidade obriga a imprensa a compor as páginas de seu jornal de maneira que as notícias possam ser facilmente encontradas e aprendidas pelo leitor, como exemplo através da paginação (primeira página, rubricas, fotos, desenhos, gráficos, tabelas, tipos de colunas, etc.) e da titulação (títulos, pré-títulos, subtítulos, leads).

-Exigência de legibilidade obriga a imprensa a um trabalho de exposição que seja o mais claro possível, a respeito dos acontecimentos que se produzem no espaço público, através dos modos discursivos do “acontecimento relatado” (feitos e ditos). Essa exigência acompanha a precedente pelas escolhas efetuadas quanto a paginação das notícias (localização, molduras, ilustrações, tipografias, etc.) e a redação de títulos.

-Exigência de inteligibilidade, embora ligada às anteriores, aplica-se principalmente ao comentário do acontecimento. Essa também está direcionada para o entendimento, mas aqui se trata de esclarecer o porquê e como das notícias. A situação monolocutiva é o que se distingue definitivamente essa mídia das demais. Podemos dizer que ela se dirige diretamente ao espírito, enquanto as outras apelam mais

para os sentidos.

-Entretanto não podemos esquecer-nos da finalidade da captação do contrato de comunicação midiática que está na origem de outra exigência, a da dramatização. Ela é, evidentemente, menos admitida, pela pregnância do imaginário de credibilidade, mas todos os preceitos do ato de informação midiática são obrigados a reconhecê-la, mesmo implicitamente. A exigência da dramatização não pode ser tão claramente exposta como as outras, assim sendo, insinua-se nos modos de escritura dos artigos e particularmente nos títulos, embora isso se dê de maneira variável, dependendo da imagem que o jornal procura fazer de si.

Percebemos de acordo com conceitos sobre discurso midiático e as suas atividades em um suporte impresso a força de persuasão destas ações junto aos leitores, no intuito de se estabelecer um fio condutor entre informação e produção de sentidos, por meio da mídia.

2.4 Discurso político

Valem-nos ainda de Charaudeau (2006 b, p.8) sobre as reflexões para o Discurso Político:

O discurso político é por excelência, o lugar de um jogo de máscaras. Toda palavra pronunciada no campo político deve ser tomada ao mesmo tempo pelo que ela diz e não diz e jamais deve ser tomada ao pé da letra, numa transparência ingênua, mas como resultado de uma estratégia cujo enunciador nem sempre é soberano.

Ainda segundo Charaudeau (2006 b, p.40-41),

o discurso político como sistema de pensamento é o resultado de uma atividade discursiva que procura fundar um ideal político em função de certos princípios que devem servir de referência para a construção das opiniões e dos posicionamentos. Em nome dos sistemas de pensamento que se determinam as filiações ideológicas, e uma análise do discurso deve se dedicar a descrevê-los a partir de textos diversos.

O discurso político como ato de comunicação concerne mais diretamente aos atores que participam da cena de comunicação política. O desafio consiste em influenciar as opiniões a fim de obter adesões, rejeições ou consensos, dedicando-se a construir imagens de atores e a usar estratégias de persuasão e de sedução, empregando diversos procedimentos retóricos. Acrescenta-nos Charaudeau (2006 b, p.45):

O discurso político tem um duplo fundamento no plano da linguagem onde certamente existe um lugar no qual se inscreve o discurso político, aquele em que precisamente se encontram opinião e verdade de uma relação dialética entre a construção da opinião, na qual desemboca o julgamento reflexivo, e a verdade, que surge da ação do ato de decisão.

O nosso propósito seria o entendimento do conceito político, mas o discurso inscreve-se em uma situação cuja finalidade está fora do campo de ação política, sendo um discurso a respeito do político, sem risco político. Em outras palavras, o discurso político manifesta-se tanto “intra governo”, correspondendo a um desafio de ação no qual a palavra política se faz performativa para poder governar com os parceiros diversos, quanto “extra governo”, correspondendo a um desafio de deliberação no qual a palavra circula entre esses mesmos parceiros sem que estes tenham poder de decisão, mas tanto em um caso quanto no outro, vê-se que a linguagem se alia a ação, de forma recíproca.

Não haveria, portanto, decisão ou ação possível no campo político sem a consideração da opinião, para cuja fabricação as mídias intervêm. Encontramo-nos, assim, em um jogo em que todos mudam sob a influência da política e da opinião, o político sob influência das mídias e da opinião.

Quando se faz um estudo do discurso político, procura-se fazer uma análise do discurso político, observando-se a produção dos sentidos, e assim compartilhar certos pontos de vista e certas noções tanto na área da Filosofia Política quanto na área das Ciências Políticas, mas ambas se diferenciam por sua finalidade.

A Filosofia Política (ou a filosofia do campo político) se questiona sobre os fundamentos do pensamento político e as categorias que o compõem. “Parece que o que justifica esse lugar de reflexão é uma interrogação permanente sobre os modelos de organização da sociedade.” (CHARAUDEAU, 2006 b, p.33).

Na Ciência Política (ou ciência do campo político) existe um menor questionamento sobre o fundamento de um tipo de pensamento que pela própria ação política relacionada às suas finalidades principais e a seus efeitos. “Essa disciplina se encontra em cruzamento disciplinar com a História, Sociologia, Antropologia Social e a Filosofia Política, sendo que ela procura tornar evidentes as normas que se instauram como princípios de governança” (CHARAUDEAU, 2006 b, p.34).

Desse modo, são estudados os comportamentos dos atores políticos em função da sua identidade e de seus engajamentos, os processos que conduzem a

reações e a escolhas diante a irrupção de acontecimentos sociais. Esses estudos têm em perspectivas a esperança de extrair não apenas lições, mas previsões para o futuro.

2.5 Informação

Segundo o dicionário Houaiss (2001), a palavra informação tem múltiplos significados, dos quais podemos citar alguns:

1) ato ou efeito de informar ou informar-se; 2) comunicação ou recepção de conhecimento ou juízo; 3) conhecimento obtido por meio de investigação ou instrução, esclarecimento, explicação, indicação, comunicado ou informe; 4) acontecimento ou fato de interesse geral tornado conhecimento público ao ser divulgado pelos meios de comunicação, notícia; 5) conjunto de atividades que têm por objetivo a coleta, o tratamento e a difusão de notícias junto ao público.

Como se vê, o próprio dicionário turva a distinção entre informação e conhecimento (particularmente na acepção 3) mas relaciona corretamente (nas acepções 4 e 5) informação e atividade jornalística que no nosso caso é o que nos interessa por ser objeto de pesquisa. Outras concepções sobre a conceituação de informação também nos serão úteis em nossas reflexões.

Segundo Charaudeau (2006 a, p.33),

O referencial do termo informação é uma definição empírica mínima, a transmissão de um saber, com a ajuda de uma determinada linguagem, por alguém que o possui a alguém que presume não possuí-lo. Assim se produziria um ato de transmissão que faria com que o indivíduo passasse de um estado de ignorância a um estado de saber, que o tiraria do desconhecido para mergulha-lo no conhecido.

Outra definição é feita por Le Coadic (2004, p.5), para quem “a informação comporta um elemento de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de um suporte espacial-temporal; impresso; sinal elétrico ou onda sonora”.

Analisando a informação no contexto deste trabalho, Charaudeau (2006 a, p.41), considera que “a informação tem um duplo processo de mecânica de construção do sentido, o sentido nunca é dado antecipadamente”. Ele é construído pela ação languageira do homem em situação de troca social. O sentido só é perceptível através de formas, sendo que toda forma remete a sentido, todo sentido remete a forma, numa relação de solidariedade recíproca e desta forma o sentido se constrói

ao término de um duplo processo de semiotização: de transformação e de transação. O processo de transformação consiste em transformar o mundo a significar em mundo significado, estruturando-o segundo certo número de categorias que são elas próprias expressas por formas, sendo o ato de informar inscrever-se neste processo porque pode descrever (identificar-qualificar fatos), contar (reportar acontecimentos) e explicar (fornecer as causas desses fatos e acontecimentos).

O processo de transação consiste, para o sujeito que produz um ato de linguagem, em dar uma significação psicossocial a seu ato, isto é, atribuir-lhe um objetivo em função de certo número de parâmetros: a hipóteses sobre a identidade do outro, o destinatário-receptor, etc. O efeito que pretende produzir nesse outro e o tipo de regulação que prevê em função dos parâmetros precedentes.

O ato de informar participa desse processo de transação, fazendo circular entre os parceiros um objeto de saber que, em princípio, um possui e o outro não, estando um deles encarregado de transmitir e o outro de receber, compreender, interpretar, sofrendo ao mesmo tempo uma modificação com relação ao seu estado inicial de conhecimento.

Considerando ainda a contextualização dos conceitos sobre informação, observamos que “para que a informação possa se transformar em conhecimento temos que considerar um requisito fundamental, que a informação seja verdadeira, sendo necessário saber se as informações que alguém possui são corretas, isto é, verdadeiras” (LEHRER, 1995 apud TAMBOSI, 2005). Animais, bebês e máquinas absorvem e estocam informações, que podem comunicar ou transmitir a outros, mas nenhum deles sabe se a informação que possuem é correta, pois não distinguem verdade e falsidade, portanto não têm conhecimento.

Ao retornarmos as reflexões de nossa pesquisa, observamos a relação direta destes conceitos. Já que o jornalismo torna público, isto é, dá a conhecer informações, que de outra forma permaneceriam opacas, será o leitor, quem de fato, poderá produzir o conhecimento ao receber e processar informações corretas, através das quais poderá formar representações verdadeiras da realidade. Crenças verdadeiras e justificadas serão condições necessárias para que efetivamente se produza “conhecimento verdadeiro”.

Considerando o campo jornalístico, a informação em suportes impressos semanalmente como meios de comunicação é apontada, muitas vezes, como fonte exclusiva

na obtenção de conhecimento sobre determinados temas.

A informação no campo jornalístico pode ser dividido em dois tipos conforme análise de TAMBOSI (2002, p.37-38):

- **Jornalismo Declaratório:** produz informações, mas é difícil saber se são verdadeiras, por mais checadas que sejam e por mais críveis e honestas que sejam as fontes, podendo induzir a crenças falsas. Nesse sentido não produz conhecimento e se as informações se comprovarem verdadeiras, então gerarão conhecimento, constituindo através do tempo um acervo precioso para uma das fontes, mas é importante ressaltar que o conhecimento, nesse caso, se dá no resultado, no produto: a notícia baseada em informações corretas.
- **Jornalismo Investigativo:** diferentemente do declaratório, é uma atividade cognitiva no processo mesmo de apuração da informação. Esse procedimento investigativo, tanto quanto o das ciências ou da investigação policial, tem a verdade como fio condutor, mais que coletar informações, o jornalista procura conhecer, revelar um fato que até então era desconhecido, ou sobre o qual pairavam informações falsas, em outras palavras, gerará crenças verdadeiras e justificadas, isto é, representações verdadeiras da realidade, portanto, o jornalismo pode constituir-se em forma de conhecimento autônoma.

Finalizando o estudo deste referencial, podemos ainda refletir sobre as imbricações entre informação, comunicação e conhecimento no campo jornalístico: À primeira vista, a expressão informação jornalística poderia parecer redundante, e de algum ponto de vista pode até ser, no entanto, não é assim se observamos a partir de outra perspectiva. Se tomado sentido lato, o termo informação que procede da teoria matemática da comunicação, indica que nem toda informação é jornalística, mas somente aquela que, por reunir algumas características determinadas, é difundida através dos meios de comunicação. Neste sentido, qualquer tipo de conhecimento presente em um suporte material pode ser considerado informação (um tratado de química, por exemplo). Só quando essa informação é digna de consideração pública, pela sua relevância para o conjunto da sociedade (por sua importância ou seu interesse), pode ser considerada jornalística; ou seja, suscetível de aparecer nos meios informativos (MUNOZ TORRES, 1997, apud TAVARES; BERGER 2010).

Diante do que foi exposto, temos a necessidade de entender a problemática da intenção de informar ideias e de produzir conhecimentos, por meio da circulação de memórias, da produção de sentidos e da perspectiva ideológica que nortearam o conteúdo informacional do Jornal Movimento.

3 Análise do corpus selecionado: o que as capas nos dizem

Foram escolhidas três edições para análises dos teores das manchetes em

suas capas. Procurou-se mostrar o pensamento e a linha de ação do seu corpo editorial em suas matérias. No decorrer dos seus seis anos e meio de tiragem, o Movimento esteve, durante pelo menos três anos, sob forte censura, o que lhe trouxe dificuldades de circulação e financiamento. As análises, além do teor da manchete também foram relacionadas aos referenciais teóricos do trabalho.

A escolha por tais capas deveu-se aos seus aspectos históricos, como também os valores informacionais sobre assuntos ou personagens que tiveram grande visibilidade no contexto nacional, fazendo a relação de cada referência teórica com os conteúdos das capas escolhidas e desta forma tendo uma visão mais direta e coerente a partir dos objetivos específicos apresentados nesta pesquisa.

3.1 Análises dos teores das manchetes



Figura 02 – Jornal Movimento/ ed. nº141-13/03/1978

Fonte: AZEVEDO (2011, DVD)

Nesta edição a capa mostra a intenção do MDB (único Partido de oposição legal) junto a ARENA (partido do governo) em reverter os índices de candidatos eleitos nas eleições de 1974 para os cargos nas Assembleias Legislativas e para a Câmara de Deputados a que tinha direito. As representações, naquele ano, foram muito baixas, como o caso do estado do Maranhão que sequer conseguiu um candidato para disputar a cadeira no Senado. Diante desta situação o MDB esperava alcançar índices superiores no pleito de Novembro de 78 com nomes que já tinham destaque na política como também “caras novas” que se destacavam na sociedade. “Caras novas”, nesta manchete, aponta para a necessidade de uma renovação na política brasileira.

No Caso do Senado teríamos a candidatura à reeleição do Senador Franco Montoro por São Paulo, mas surgiria na política um novo rosto que no decorrer dos anos faria parte da história do nosso país, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso que também fazia parte do corpo editorial do Jornal Movimento como candidato ao Senado, também por São Paulo. Associado à imagem de ser uma es-

perança democrática para o Brasil, o candidato teve, nesta edição uma entrevista, onde pôde mostrar suas ideias e pensamentos sobre a situação naquele momento de instabilidade tanto política, econômica, além do terror que se passava pelos departamentos da Polícia Federal. Entre respostas de FHC à entrevista, pode-se citar “A tarefa da oposição é unir o povo”. O candidato teve o apoio do ainda dirigente sindical, Luiz Inácio da Silva.



Figura 03 – Jornal Movimento/ ed. nº 202-14/05/1979

Fonte: AZEVEDO (2011, DVD)

Esta edição acima evidencia o então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo- SP e os vinte anos de história deste sindicato, destacando-se os dizeres em sua manchete, “De onde vem Lula”. A capa foi dividida em duas fotos: a primeira mostra Luiz Inácio da Silva em festa no sindicato em maio de 1972 e a segunda a imagem de Lula à frente da greve no ABC em março de 1979, mostrando e comentando a história de Lula junto ao sindicato.

A reportagem feita também por Raimundo Pereira (Editor e fundador do Jornal Movimento), começava com o título “Muitos Lulas” na qual perguntava: Quem é o herói do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, que no final de semana passada completou 20 anos?

Raimundo fez várias entrevistas com metalúrgicos que falaram sobre Lula e suas identificações com ele devido a sua história pobre no interior do nordeste, vindo para São Paulo tentar uma vida nova, das lutas do líder sindical a frente do sindicato de São Bernardo- SP por melhorias nas questões salariais, sociais, organizar e contribuir para elevar o nível de consciência política na classe operária como também nas outras grandes fábricas localizadas na região do ABCD. Aqui os aspectos memorialísticos e políticos se imbricam com a dimensão identitária.

Como consequência às retaliações do regime militar que estava à frente do governo federal instalado desde 1964, que se alinhava aos interesses dos empresários destas fábricas, em detrimento dos operários, o Jornal Movimento trouxe Lula em várias edições, divulgando também as lutas sindicais e as greves que se sucederam. No Movimento, o discurso midiático e o discurso políticos são indis-

sociáveis.

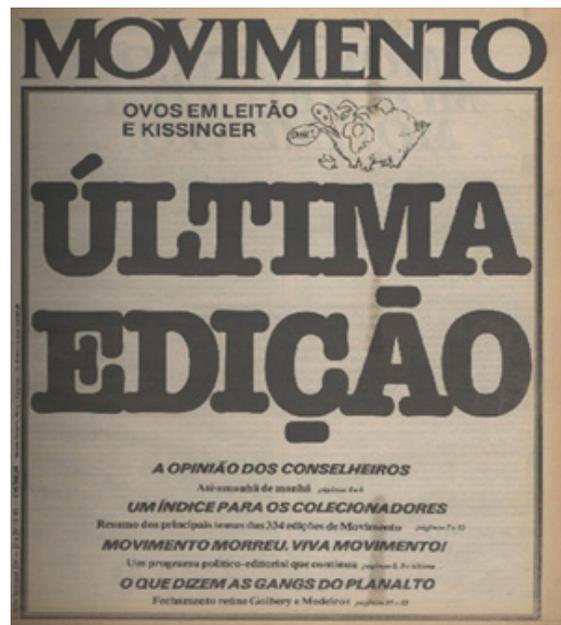


Figura 04 – Jornal Movimento/ ed. n.º 334- 23/11/1981

Fonte: AZEVEDO (2011, DVD)

A capa desta edição demonstra todo o sentimento emotivo relativo ao fechamento do Jornal Movimento, que durante seis anos e meio tentou mostrar e registrar os grandes momentos políticos, sociais e econômicos pelo qual passava o nosso país em plena ditadura civil-militar, superando diversas barreiras no intuito de levar aos seus leitores de uma forma simples, mas bem objetiva o pensamento de um povo e suas dificuldades.

Esta última edição foi produzida com um total de 24 páginas, sendo dividida em seções, como na seção “Opinião”, que trazia um artigo não assinado com o título “Movimento morreu, Viva Movimento!” comentando a sua importância e tendo dois destaques entre as análises sobre o periódico em questão. O primeiro tratava sobre o desejo de continuidade deste semanário e a segunda destacava a necessidade de se reafirmar o programa político editorial e a necessidade de um outro jornal de frente democrática. Seguiu-se ainda com 9 páginas com um índice registrando as principais matérias publicadas ao longo dos seis anos, selecionadas por grandes temas, um resumo da vida do jornal, as lutas contra a censura, entre outras coisas.

Algumas páginas foram dedicadas às manifestações de solidariedade composta por leitores, colaboradores, jornalistas, parlamentares como os depoimentos e frases acaloradas e tristes pelo fim do jornal descritos por Clarice Herzog, publicitária e viúva do jornalista Vladimir Herzog: “Fonte indispensável de informação”; Fernando Henrique Cardoso na época sociólogo e suplente de senador: “Digno”; Lysâneas Maciel, deputado federal pelo MDB cujo mandato foi cassado: “Permanente credibilidade”; Miguel Arraes, político socialista, governador cassado, exilado por mais de dez anos e futuro governador de Pernambuco por mais duas vezes: “Exemplo de resistência”; Luiz Inácio da Silva, até então principal líder operário do país e futuro presidente da República “Altamente importante”, dentre outros.

3.2 Análise em relação aos referenciais teóricos

Partindo do conhecimento do teor das manchetes expostas acima, faremos algumas relações entre os conceitos apresentados e o conteúdo das capas escolhidas.

3.2.1 Memória Social

Considerando os aspectos relacionados ao referencial teórico acima, temos um posicionamento sobre o conceito exposto, segundo definição de HALBWACHS (1990, apud POLLAK, 1992, p.2) no qual diz “a memória social deve ser entendida como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes” e assim fazendo uma relação junto a algumas capas deste periódico semanal.

Considerando-se diversos conceitos conforme exposto neste referencial, percebemos que a memória é fundamentalmente constituída por pessoas, personagens e acontecimentos que surgem de acordo com os fatos que se sucedem expressos nas páginas do jornal. Em relações as capas escolhidas, os exemplos deste conceito estão bem definidos na formação de um pensamento individual, a partir de uma concepção ideológica que o torna coletivo, por meio do compartilhamento de memórias. A construção de uma memória social se faz nas capas que se apontam para o novo, desta forma sendo registradas para que não se esqueça de fatos relacionados a personalidades que surgiam no cenário político brasileiro daquele momento, fazendo-se referência às trajetórias de vida destes personagens, assim relacionando a memória histórica com a memória social de cada personagem. Tal momento se faz nas edições 141 (candidatura de Fernando Henrique Cardoso do partido MDB para o senado), 202 (Luiz Inácio Lula da Silva, líder sindical), onde o personagem mostra poder junto ao público e comunidades associadas e assim perpetuar-se na memória coletiva destas sociedades.

Finalmente temos a última edição deste jornal, a de n. 334, de 23 de novembro de 1981, onde se enquadra todos estes aspectos conceituais de memória individual e social, pois com o fim deste periódico, os registros políticos, sociais e econômicos, juntamente com os momentos de importância na história do país impressos neste jornal, os pensamentos de seus colaboradores e as vinculações ideológicas que alicerçavam seus discursos se tornariam exemplos de uma memória coletiva na construção de um ideal de democracia em nosso país.

3.2.2 Discurso Midiático

Em relação ao referencial teórico apresentado, o Jornal Movimento usa o suporte de mídia, em especial a imprensa escrita (jornal) como instrumento para expor os fatos e acontecimentos junto ao leitor em uma forma consistente e coerente nas suas ideias e linhas de pensamento. No decorrer da pesquisa, pôde-se perceber a importância do jornal, enquanto instrumento midiático, na configuração de determinadas formas de divulgação de pensamentos e opiniões a partir de um contexto social, político, cultural e histórico determinado.

O discurso midiático também se torna importante no momento em que a mídia associa diretamente as informações focadas a um contexto social (fortalecimento de personagens que surgiam na história política do país). Nos conteúdos de suas edições, as influências são diretamente expostas nas lutas do periódico a favor das comunidades, que de certa forma se identificam com as atuações de personagens estampados e evidenciados (como nas edições 141 e 202 apresentadas). Na última edição (334) pôde-se observar o uso da mídia impressa na historicização dos seus artigos expostos durante os seus seis anos e meio de lutas contra a censura, além da influência que causaram junto ao seu público leitor, além do reconhecimento nos depoimentos de leitores, colaboradores, jornalistas e parlamentares, todos tristes com o fim de uma história. Melhor dizendo, tristes com o fim de um periódico, que extinto, entraria para a história da imprensa no Brasil a partir de determinado viés memorialístico.

3.2.3 Discurso Político

O Jornal Movimento é um ótimo exemplo deste tipo de discurso, já que por ser considerado um modelo de imprensa alternativa em um período de censura que se estabeleceu em nosso país, as manchetes demonstraram este pensamento em relação às diversas formas de sentidos nas informações transmitidas aos leitores.

O jornal Movimento, até por ter um pensamento considerado de esquerda pelo governo, mostra um discurso explícito de influência política junto aos seus leitores, procurando construir um pensamento de oposição e desta forma fazer da informação uma fonte de conhecimento transformador. Assim, este leitor deveria ter uma opinião sobre os fatos que ocorrem de forma diferente daquela transmitida pelos grandes veículos da mídia tradicional. Tais informações talvez não chegassem com a mesma força daquelas transmitidas pelos grandes jornais daquele momento, por culpa da censura imposta pelo Governo ou pelo alinhamento ideológico com a repressão. O fato é que foram diversas as formas que o Jornal Movimento tentou encontrar para burlar a censura. Com o fim da censura em meados de 1978 o discurso político aflora por não precisar mais conter expressões e fatos como na edição nº 155, a primeira totalmente sem censura na qual expõem o histórico do torturador muito conhecido no meio da repressão política no país.

Em todas as edições escolhidas existe um cunho político em suas matérias. Desta forma, individualizar alguma edição seria redundância, pois o Jornal Movimento por si só procurava demonstrar o seu pensamento de oposição em todas as edições. Mas escolhendo algumas capas, pôde-se observar as diversas maneiras de evidenciar novas lideranças não alinhadas ao governo ditatorial, como Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio da Silva, como verificado nas edições 141 e 202.

Finalmente o cunho político se instaura numa perspectiva histórica, na última edição, a de número 334, pelo viés sentimental / afetivo. O fim de um projeto de “liberdade e luta pelos ideais de democracia”, que tanto se clamava em suas páginas, foi evidenciado nos seus artigos, numa perspectiva histórico-memorialística, por meio dos diversos depoimentos de políticos e intelectuais registrados

nesta edição, demonstrando suas opiniões de louvor e agradecimentos pelos atos de superação desde a inauguração até a última página do jornal.

3.2.4 Informação

Como objeto de estudo, o Jornal Movimento utiliza a informação na área jornalística de uma forma bem característica e diante disto podemos lembrar certos dizeres: o jornalismo quer mostrar “todo” o mundo, quer dizer “tudo” a respeito de um acontecimento ou questão, assim como quer falar “de tudo” (BUTONI, 1990, apud TAVARES & BERGER, 2010).

Mais que isso, os meios de comunicação periódicos formam, a cada dia o presente social que nos serve de referência. A mídia, nesse sentido, formaria hoje um círculo de realidade envolvente que se converte em referente diário da vida cotidiana (GOMES, 1991, apud TAVARES & BERGER, 2010). A ideia de informação está, com frequência, vinculada à noção de notícia e tem nessa origem e explicação.

O conceito ou a palavra “informação” estão presentes em todos os momentos nos estudos jornalísticos, mas pode-se dizer que não há uma grande teoria que se dedique ao termo. Na verdade, expressões como “jornalismo informativo” ou “conteúdos informacionais” aparecem, pode-se dizer, como que já “auto explicadas” pelo seu vínculo com a notícia.

Quando se diz notícia, automaticamente se fala em informação para o jornalismo, considerando-se os dois tipos de jornalismo, o investigativo e o declaratório tanto utilizado nas matérias de Movimento.

Nas capas escolhidas existem as características de cada informação destacando-se a um jornalismo investigativo atuando em procedimentos de investigação policial ou social que justifiquem verdades das informações gerando confiabilidade ao seu leitor. No Jornal Movimento, à dimensão investigativa, associa-se a dimensão opinativa.

Nas edições 141 e 334, pode-se considerar como um jornalismo declaratório, baseado em informações que ainda podem se concretizar e caso se confirmem, os resultados se transformam em conhecimentos e desta forma chegam a um veredito final, por meio da filiação ideológica.

3.2.5 Imprensa Alternativa

Considerando o aspecto de origem da aventura alternativa exposto no tópico relacionado no referencial teórico, havia a liderança de jornalistas, ansiosos por se libertarem das restrições da grande imprensa, por isso a articulação de diversas forças na formação de um espaço democrático onde jornalistas, intelectuais e ativistas políticos poderiam expor as suas ideias a um público sedento por notícias que mostrassem a realidade da sociedade e suas carências e a partir desta chegar

a conclusões sobre fatos e acontecimentos que surgiam em tempos confusos e conflituosos como aqueles que caracterizaram a ditadura civil-militar.

A situação política mundial naquele momento era propícia ao surgimento de tais contextos nas áreas sociais, políticas e culturais devido as diversas controvérsias que se instauravam em muitos países, em especial no Brasil, onde se tinha estabelecido uma ordem que se apresentava contra os direitos democráticos almejados por parcela significativa da população brasileira.

O Jornal Movimento é criado, como o próprio nome aponta, como uma alternativa de informação, uma mudança na forma de se transmitir acontecimentos, uma mudança na atitude de se administrar sem um dono único, mas sim por todos os colaboradores com voto de decisão, um “Jornal dos Jornalistas” e procurando-se acima de tudo, uma verdade a ser divulgada ao seu público de leitores.

Neste contexto, todas as capas escolhidas e com as suas respectivas manchetes mostram a vontade das esquerdas pelas transformações nas instituições nacionais e a vontade de criação de espaços alternativos diferente dos grandes conglomerados da imprensa que se sujeitavam ou se alinhavam às censuras existentes e impostas pelo AI-5. As capas apresentadas apontam para esta vinculação do Jornal às lutas democráticas. Destacamos dentro deste princípio a edição inaugural de julho de 1975 na qual se demonstra, entre seus quadros de colaboradores intelectuais e personalidades importantes na luta democrática, jornalistas sedentos pela liberdade de expressão e de exposição de seus ideais.

4 Considerações finais

O objetivo do presente trabalho foi realizar uma pesquisa informacional e contextual da importância do periódico semanal Jornal movimento, mostrando as relações e as formas encontradas por estes jornalistas em transmitir as informações, questionamentos e denúncias, fomentando o debate social em seus artigos junto à população que clamava por liberdade e democracia.

Tal pesquisa se realizou em referenciais que demonstraram uma retroalimentação informacional, onde a informação, memória social, imprensa alternativa, discurso midiático e político acabam se interligando em suas propostas conceituais na amostragem dos fatos ocorridos ao seu público leitor com uma linguagem de fácil entendimento e desta forma produzindo um conhecimento, a partir do qual poderia tirar as suas próprias conclusões diante dos acontecimentos naqueles momentos de tantos questionamentos às liberdades do povo brasileiro.

Observamos que o jornal em questão utilizou o discurso midiático através de um meio impresso como influência de seus ideais, fortalecendo o seu consumo como qualquer empresa que necessita de recursos para a sua continuação e, conseqüentemente, o discurso político que aflora na utilização da informação de forma “verdadeira” por seus redatores, jornalistas de rua nos seus artigos e matérias. Por isso, a utilização do conceito da imprensa alternativa na confecção deste periódico, unindo diversas linhas de pensamento, mas com algo em comum: o desejo das esquerdas de protagonizarem as transformações institucionais e da

oposição de intelectuais e jornalistas na procura de espaços alternativos à grande imprensa.

Diante disto são (re)elaboradas as identidades individuais de cada leitor, jornalistas, redatores, cartunistas em um aspecto social, se considerarmos que existe uma relação constante entre a produção de memórias e as formas de organização dos indivíduos em sociedade. A pesquisa possibilitou o exercício de transposição de conceitos teóricos para uma dimensão material e prática, onde a informação impressa foi enriquecida com a percepção da dimensão histórica e social, lugares, por excelência de toda produção memorialística. Todo veículo informacional está circunscrito a contextos sociais que também definem a natureza do conteúdo produzido.

Referências

AZEVEDO, Carlos. **Jornal Movimento**: uma reportagem. Belo Horizonte: Manifesto, 2011. Acompanha DVD com 334 edições do jornal; com reportagens de Marina Amaral e Natalia Viana.

BARROS, Patrícia Marcondes de. A imprensa Alternativa Brasileira nos "Anos de Chumbo". **Akrópolis-Revista de Ciências Humanas da UNIPAR**, Umuarama, v.11, n.2, p.63-66, abr./jun.2003. Disponível em <<http://www.unipar.br/akropolis/article/VewFile/332/299>>. Acessado em 1 out. 2014.

BOSI, Eclea. **Memória e Sociedade**. São Paulo: Ed. USP, 1987.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006 a.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2006 b.

Dicionário Houaiss. São Paulo: Editora Objetiva, 2001.

HALBWAACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990. Disponível em file:///D:/BKP%20FRED/Documents/Projeto%20final%20TCC/TCC%20Jornal%20Movimento/34481-40433-1-PB.pdf>. Acessado em 2 out. 2014.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta, 1991. Disponível em <http://www.nacorrenteza.jor.br/blog/wp-content/uploads/2012/02/jornalistas-e-revolucionarios-kucinski.pdf>. Acessado em 1 out. 2014.

LE COADIC, Yves Francois. **A Ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Histórico**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.200-212, 1992. Disponível em < http://reviravoltadesign.com/080929_raiaviva/info/wp-gz/wp-content/uploads/2006/12/memoria_e_identidade_social.pdf>. Acessado em 6 nov. 2014.

TAMBOSI, Orlando. Informação e Conhecimento no jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v.II, n.2, 2º semestre de 2005. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2139/1851>>. Acessado em 12 jun.2015.

TAVARES, Frederico M.B.; BERGER, Christa. Na notícia e para além dela: sobre o conceito de informação no jornalismo. **Inf. & Soc.:** Est., João Pessoa, v.20, n.1, p.25-37, jan./abr.2010. Disponível em <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/3768/3417>>. Acessado em 12 jun.2015.

VIANA, Nildo. Memória e Sociedade; uma breve discussão teórica sobre memória social. In: **Espaço Plural**, n.14, p.8-10, 2006. Disponível em <file:///C:/Users/Biblioteca/Downloads/483-1672-1-PB%20(3).pdf>. Acessado em 2 out. 2014